



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na
pesquisa em história 2 / Organizadora Aline Ferreira
Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-907-3

DOI 10.22533/at.ed.073211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II.
Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)	
Adelino Martins	
DOI 10.22533/at.ed.0732119031	
CAPÍTULO 2	14
INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO	
Adriano Amaro de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0732119032	
CAPÍTULO 3	29
VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX	
Rafael Bassinello Paes de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0732119033	
CAPÍTULO 4	39
“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)	
Damilis Silveira Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0732119034	
CAPÍTULO 5	46
O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020	
Steven Adrian dos Santos	
João Victor Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0732119035	
CAPÍTULO 6	56
“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”	
Luis Claudio Reginato Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0732119036	
CAPÍTULO 7	62
ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	
Natalia Fioravanso Vieira Brizola	
DOI 10.22533/at.ed.0732119037	
CAPÍTULO 8	73
ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA <i>AMÉRICA INDÍGENA</i>	

(1942-1960)

Natally Vieira Dias

DOI 10.22533/at.ed.0732119038

CAPÍTULO 9..... 81

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Paulo José da Fonseca Pires

Elaine Prochnow Pires

DOI 10.22533/at.ed.0732119039

CAPÍTULO 10..... 95

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Peterson Soares Pessôa

DOI 10.22533/at.ed.07321190310

CAPÍTULO 11 106

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRAFICA 'O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO'

Carlos Vinícius da Silva

Larieli Ceron de Lima

Marcos Alves de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07321190311

CAPÍTULO 12..... 116

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Arthur Rodrigues Fabrício

DOI 10.22533/at.ed.07321190312

CAPÍTULO 13..... 134

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Jacquelyn da Silva Souza

Sara Albieri

DOI 10.22533/at.ed.07321190313

CAPÍTULO 14..... 141

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Victor Mauric

DOI 10.22533/at.ed.07321190314

CAPÍTULO 15..... 149

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Marcus da Silva Dorneles

DOI 10.22533/at.ed.07321190315

CAPÍTULO 16..... 157

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Vinicius Tivo Soares

Jaime Estevão dos Reis

Giovanni Bruno Alves

DOI 10.22533/at.ed.07321190316

CAPÍTULO 17..... 168

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Aline Ferreira Antunes

Flávia Cristina Paniago

DOI 10.22533/at.ed.07321190317

SOBRE A ORGANIZADORA..... 182

ÍNDICE REMISSIVO..... 183

CAPÍTULO 1

PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Adelino Martins

Programa de Pós-Graduação em História
Econômica da Universidade de São Paulo
(PPGHE-USP).

<https://orcid.org/0000-0002-2076-7132>

RESUMO: Este texto discute como a inserção de um grupo de contadores oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo nos serviços contábeis federais entre 1914 e 1926 representou a abertura de um canal por meio do qual se aceleraram as demandas por reconhecimento da profissão contábil. A necessidade de reformar os serviços contábeis da União descortinou-se com a negociação do segundo *funding loan* em 1914. Os banqueiros ingleses solicitaram informações orçamentárias e patrimoniais, a fim de avaliar as garantias que poderiam obter para respaldar um empréstimo. A pobreza dos balanços existentes conduziu à formação da Comissão das Partidas Dobradas, que congregou contadores dos Tesouros Nacional e Paulista para atualizar os serviços de contabilidade da União. Esses contadores, nos anos 1920, colaboraram para a consolidação das instituições de contabilidade pública federais e para a política fiscal do presidente Arthur Bernardes. O presente texto explora como o envolvimento dos contadores paulistas e cariocas nos serviços contábeis federais, em tarefas instrumentais à busca por equilíbrio orçamentário, permitiu-lhes uma base

a partir da qual apresentaram seus pleitos pelo reconhecimento da profissão de contador. Esse é um estudo qualitativo e baseado em fontes primárias.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionalização da contabilidade, instituições de contabilidade pública, associações contábeis, educação contábil.

ACCOUNTING PROFESSION AND PUBLIC POWERS: PUBLIC SECTOR ACCOUNTING AND PROFESSIONALIZATION (1914-1926)

ABSTRACT: This writing discusses how the insertion of a group of accountants from Rio de Janeiro and São Paulo in federal public accounting services between 1914 and 1926 opened a channel through which they presented demands for accounting professionalization. The negotiation of the second funding loan in 1914 triggered the need to reform federal accounting services. British bankers required financial information to assess the guarantees they could obtain in exchange for a loan. The poverty of the existing balance sheets led to the formation of the Double-Entry Bookkeeping Committee, which brought together accountants from the National Treasury and the Treasury of the State of São Paulo to update the Federal Union accounting. These accountants contributed to the consolidation of public sector accounting institutions and the fiscal policy of President Bernardes in the 1920s. This text explores how the involvement of the accountants from São Paulo and Rio de Janeiro in federal accounting services, in tasks that subsidised the search for

budget balance, provided them a platform from which they demanded recognition for their profession. This is a qualitative study, based on primary and secondary sources.

KEYWORDS: Accounting professionalization, public sector accounting institutions, accounting associations, accounting education.

1 | INTRODUÇÃO

As demandas pela profissionalização da contabilidade receberam impulso entre 1914 e 1926, a partir da aproximação de profissionais contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo com os poderes públicos federais. Este texto procura explicar como a inserção desses contadores no serviço público proporcionou-lhes uma plataforma a partir da qual estruturaram associações profissionais e demandaram reconhecimento oficial à profissão.

Embora existam trabalhos sobre a história da contabilidade no Brasil em bom número, sobretudo quanto à evolução do ensino contábil (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001; LEITE, 2005; MARTINS et al., 2006; PELEIAS et al, 2007), não são tantos os dedicados à temática da profissionalização; menos ainda são os que a procuram explicá-la a partir da relação entre contadores e poderes públicos. O cenário, nesse aspecto, é francamente contrastante com a tradição anglo-saxã de pesquisas, particularmente prolífica na análise das relações entre estado e profissão (CHUA; POULLAOS, 1993; SIKKA; WILMOTT, 1995; WALKER; SHACKLETON, 1995).

Para o caso brasileiro, Rodrigues et al (2011) abordaram a profissão de contador sob a perspectiva corporativista, contudo não aprofundaram a análise da profissionalização à luz do conceito de corporativismo de Schmitter (1974), ao qual recorreram. Tal aprofundamento ocorreu, todavia, no texto de Agrizzi e Sian (2015), que associou o desenvolvimento da profissão contábil no Brasil entre 1902 e 1946 ao paradigma do corporativismo artificial de Schmitter (1971). As autoras indicaram especificamente sobre os anos 1920 que

In Brazil, high profile practitioners such as Francisco D'Áuria, Paulo Frederico Hermann Junior and João de Lira Tavares also held high social positions and had gained reputations as bookkeepers in the government in São Paulo and Rio de Janeiro and harboured ambitions to raise the perceived status of those offering bookkeeping and accounting services. They had already achieved positions of trust within the centralised administration and were well positioned to assist in the creation of access channels between the accounting syndicates and the state (AGRIZZI and SIAN, 2015, p. 18).

Agrizzi e Sian não exploraram os laços que uniam os contadores mencionados ao estado, tampouco como eles foram instrumentalizados para avançar demandas por reconhecimento da profissão. O presente texto parte desse ponto. Almeja-se explicar como lideranças contábeis no Rio de Janeiro e em São Paulo contribuíram para as formatação das instituições federais de contabilidade pública, entendidas como um conjunto de normas e organizações, e, desse modo, habilitaram-se para fazer avançar a vida associativa profissional e as demandas por profissionalização.

O excerto de Agrizzi e Sian oferece, ademais, pistas sobre a abordagem a ser conferida à matéria. Embora tenham operado no registro conceitual de Schmitter (1971, 1974), as autoras mencionaram, repetidamente, as posições ocupadas pelos contadores no estado e em associações profissionais. Ora, a ocupação de posições em um dado recorte do espaço social remete diretamente às noções de trajetória e campo, de Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu (1996), a noção de trajetória é radicalmente relacional, pois pressupõe a contínua consideração das sucessivas posições ocupadas por um mesmo agente em um espaço social sujeito a transformações (BOURDIEU, 1996). Os campos são recortes estruturados do espaço social, microcosmos do mundo social que reproduzem, de modo específico, as clivagens deste, mas que possuem autonomia relativa em relação a ele, caracterizada pela existência de leis e instituições próprias, bem como de agentes detentores de diferentes quantias e composições de capitais econômicos, políticos, culturais e simbólicos (BOURDIEU, 2011).

As sessões seguintes discutem como a proximidade de uma elite de contadores com o estado favoreceu as demandas por estruturação do seu campo de atuação profissional.

2 | O FIM DE UM CERCO E DE UM TORPOR (1914-1919)

Em 1913, o governo federal necessitava obter um segundo *funding loan*, mas esbarrou nas exigências dos banqueiros europeus, de exame da escrita do Tesouro para apurar as garantias que poderiam obter. Segundo Lobo e Moraes Junior (1941), no entanto, a pobreza dos registros contábeis dificultou o andamento da negociação. Adde et all (2014) retomaram esse argumento e apontaram que os negociadores estrangeiros demandaram a apresentação de um balanço do Tesouro Nacional, mas o último datava de 1905.

A missão enviada ao Brasil pelos banqueiros N.M. Rothschild & Sons voltou a Londres indisposta a cancelar qualquer empréstimo que não incluísse contrapartidas severas (ABREU, 2002). A insuficiência das demonstrações contábeis era um problema, não maior, entretanto, do que as informações suficientemente conhecidas pelos negociadores estrangeiros. Abreu (2002) e Fritsch (1988) apontaram que o descontrole dos gastos afetou o crédito brasileiro, pois levantava incertezas quanto à capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Isso resultou em uma longa negociação sobre as condicionalidades do *funding*. O empréstimo somente foi concedido depois que o governo federal decretou uma moratória de trinta dias.

Dentre os temores dos credores brasileiros estavam a persistência da desvalorização do mil-réis, que tornava ainda mais difícil ao governo federal adquirir as divisas necessárias à satisfação dos seus interesses, e os déficits orçamentários, que diminuía a capacidade brasileira de pagar. Para aumentar o controle sobre as finanças e o patrimônio federais, foram reunidos contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo na Comissão das Partidas Dobradas. Eles iniciaram os trabalhos antes mesmo do *default*, ainda em junho de 1914.

Essa foi a janela de oportunidade de que se valeram as lideranças contábeis cariocas e paulistas para retirar a contabilidade pública de um atoleiro, pois, segundo Lobo e Moraes Junior (1941, p. 4): *“Em matéria de contabilidade estávamos, pode-se dizer, num atoleiro, com cerca, pela qual não se podia sair. Em 1914, porém, a cerca foi aberta num ponto e o terreno começou a solidificar-se”*.

A Comissão de Partidas Dobradas funcionou até 1918. Ela contou, entre seus membros, com funcionários do Tesouro Nacional, como João Ferreira de Moraes Junior e Ernesto Le Cesne, e com dois servidores emprestados do Tesouro de São Paulo, Francisco D'Áuria e Carlos Levy Magano. Carlos Cláudio da Silva havia sido incumbido pelo ministro da Fazenda Rivadávia Corrêa de ir a São Paulo estudar os procedimentos contábeis que, desde 1906, eram executados sob a direção de Carlos de Carvalho. Por influxo deste (D'Áuria, 1953), o ministro concordou que seria melhor levar os funcionários de São Paulo ao Tesouro. Com efeito, isso se deu e eles lideraram tecnicamente o grupo, como se consignou no relatório do ministro Pandiá Calógeras: *“a parte técnica da escripturação tem sido dirigida habilmente pelos Srs. Francisco D'Áuria e Carlos Levy Magano, escripturários da Secretaria de Finanças de S. Paulo, coadjuvados pelos Srs. Moraes e Le Cesne”*. (BRASIL, 1915, p. 106).

Segundo Azevedo e Pigatto (2020), a experiência paulista recebia influência teórica italiana e consistia na adoção da contabilidade dual, isto é, orçamentária e patrimonial. Para D'Áuria (1953), os balanços de ativos e passivos em São Paulo atendiam à necessidade de controlar e prestar contas das operações estatais do plano de valorização do café de 1906.

A modernização da contabilidade do Tesouro Nacional aproximou as trajetórias de contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles constituíram associações de classe, ampliaram os intercâmbios entre si, editaram revistas e apresentaram demandas por profissionalização basicamente em dois sentidos: regulamentação da formação dos profissionais de contabilidade e garantias de exercício profissional. As duas mais influentes associações contábeis da época foram constituídas no bojo desse movimento.

O Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC) foi criado em 1916 a partir da iniciativa de um grupo de guarda-livros que contava com o protagonismo de Augusto Carlos Setúbal, Joaquim Teles e Cornélio Marcondes da Luz. A ação do grupo deu-se no interior da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (AEC). A ideia de criação de uma associação para congregar “contabilistas e guarda-livros” vinha sendo discutida no interior da AEC havia mais de cinco anos e carecia de uma oportunidade para ganhar materialidade (MENSARIO... 1917). A oportunidade teria aparecido em 1916 por meio de dois eventos. Primeiro, as discussões acerca do projeto de Código Comercial, que teriam posto em evidência questões contábeis. Segundo, um discurso do senador João de Lyra Tavares.

Com efeito, na sessão do Senado de 10 de agosto de 1916 (BRASIL, 1918), o senador defendeu que urgia vedar aos guarda-livros o exercício concomitante do serviço

particular e do serviço público, este entendido como de interesse público, como nos casos de perícia falimentar por exemplo. Posta a oportunidade, a AEC fez saber pelos jornais de grande circulação na capital federal, dentre eles “O Paiz” (DECLARAÇÕES... 1916), a realização da sessão de fundação do IBC. A reunião ocorreu em 20 de setembro de 1916.

A ata de fundação do IBC registrou a decisão de se telegrafar ao senador João de Lyra Tavares e a dois profissionais de São Paulo, Carlos de Carvalho e Horácio Berlinck (INSTITUTO... 1916). Além do telegrama, aprovou-se que a ata de fundação do IBC consignasse um voto de agradecimento pelos trabalhos que eles vinham prestando à classe dos contadores. Ademais, Francisco D’Áuria, ex-aluno da Escola de Comércio “Álvares Penteado”, dirigida por Berlinck, e subordinado de Carvalho no Tesouro Paulista, foi eleito membro da primeira Comissão Técnica do IBC (MENSÁRIO... 1917). Ele compartia o referido colegiado com João Ferreira de Moraes Junior, com o qual, àquela altura, trabalhava na Comissão de Partidas Dobradas do Tesouro Nacional.

Em 1924, a comissão organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade considerou que o discurso do senador Lyra Tavares em 1916 *“despertou a classe contabilista do secular torpor em que jazia, repercutindo por todas as regiões do país onde havia um profissional de contabilidade”* (IBC, 1927, p. 4). Dado que a organização do Congresso contava com membros do IBC e do IPC e que esses institutos eram animados por contadores que participaram da Comissão das Partidas Dobradas, pode-se dizer que essa comissão, além de auxiliar a retirada da contabilidade pública de um atoleiro (Lobo; Moraes Junior, 1941), também contribuiu para o fim do torpor associativo.

Nesse despertar, efetuado sobretudo a partir do intercâmbio entre contadores paulistas e cariocas, forjou-se um sentido de classe profissional e fortaleceu-se a busca pela consolidação das instituições do seu campo.

Em São Paulo, Horácio Berlinck, já liderança contábil consolidada, envolveu-se em um empreendimento associativo. Em janeiro de 1916, oito meses antes da fundação do IBC, ele liderou a criação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais. A associação foi instalada em uma das salas da Escola de Comércio “Álvares Penteado” e contou, em seus quadros fundadores, com D’Áuria, Levy Magano, Carlos de Carvalho e José da Costa Sampaio. Seus objetivos eram nada menos que a defesa moral e material da profissão e uma reserva de mercado. Eles desejavam o reconhecimento pelos poderes públicos, (...) *no sentido de que seus membros sejam investidos das funções de syndicos liquidatários e assistentes dos contadores fiscaes das sociedades anonyms, com especial atribuição de verificadores de patrimônio, das contas e balanços respectivos*” (BRASIL, 1916, p. 253). Berlinck e os seus pares almejavam construir uma entidade de auditoria inspirada nas sociedades de *chartered accountants* inglesas e americanas.

O instituto Brasileiro de Contadores Fiscais diferia, portanto, do IBC. Este associava a defesa dos interesses da classe com os estudos e as publicações técnicas; aquele ambicionava a formação de contadores provisionados, os *chartered accountants* brasileiros.

Entidade similar ao IBC foi fundada em 1919 em São Paulo sob a denominação de Instituto Paulista de Contabilidade (IPC). Sua sessão de criação foi presidida por Francisco D'Áuria, que foi aclamado presidente (ASSOCIAÇÕES... 1919). A direção contava, ainda, com Frederico Herrmann Júnior, que viria a presidir o IPC em 1924, 1928 e 1932, e seria secretário de finanças da capital paulista nos anos 1930.

Tanto o IBC como o IPC defendiam os interesses da classe profissional, assim como editavam revistas para a divulgação do saber contábil e a discussão de assuntos relativos à área. Elas também organizavam eventos e se relacionavam politicamente com as autoridades da República, a exemplo do senador João de Lyra Tavares, um ex-participante da Comissão de Partidas Dobradas. A vida associativa contábil no Rio de Janeiro e em São Paulo, na virada para os anos 1920, era buliçosa. Os encontros entre os profissionais contábeis das duas praças passaram a ser mais numerosos alcançaram um novo patamar, sobretudo a partir das ações do IPC e do IBC. Entre 1922 e 1926, os canais de comunicação entre os contadores de São Paulo e Rio de Janeiro e o governo federal funcionaram fluidamente. As evidências nesse sentido estão simbolicamente expressas na organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1924. Esse é o assunto da próxima seção.

3 | DE INSTITUTOS E INSTITUTOS (1922-1926)

A realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, organizado pelo IBC e com participação ativa dos membros do IPC, atesta o avanço da organização dos profissionais contábeis brasileiros à época, como eles próprios reconheceram. O evento foi um movimento decisivo da estratégia adotada pelos lideranças contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo desde meados dos anos 1910 para a consolidação de seu campo profissional e, conseqüentemente, o reconhecimento da profissão de contador. Ela consistia em aproveitar a proximidade com altos agentes políticos, conseguida a partir de posições nos serviços contábeis federais, para tratar da regulamentação do ensino comercial e do exercício profissional. Na prática, o concurso ao desenvolvimento dos institutos de contabilidade pública favoreceu a formação e a ação dos institutos de representação profissional. Como notou Moraes Junior,

A República Velha foi mãe extremosa da contabilidade pública no Brasil, dando-lhe vida e corpo, concretizados em três institutos que por si só honrarão a memória da geração presente: - as 'Instruções para o Serviço da Escrituração por Partidas Dobradas', o 'Regulamento Geral de Contabilidade Pública' e a 'Contadoria Central da República', com todas as sub-contadorias seccionaes" (IBC, 1935, p. 262)

O participantes ativos na concretização das três instituições de contabilidade pública, os institutos mencionados por Moraes Junior, foram também os artífices dos

institutos profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que vertebravam a organização do campo contábil em contato estreito com autoridades públicas. Nesse sentido, é ilustrativa a composição da Comissão Executiva do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade.

O presidente de honra foi o ministro da Fazenda de Arthur Bernardes, o influente político paulista Raphael de Abreu Sampaio Vidal. O presidente efetivo dos trabalhos foi o Senador João de Lyra Tavares, um militante da causa contábil no Congresso Nacional, cuja atuação valeu-lhe, posteriormente, a escolha como patrono da contabilidade brasileira. O primeiro vice-presidente foi Francisco D'Áuria, cuja extensa trajetória profissional rendeu-lhe a posição de Contador Geral da República, em substituição a Carlos Cláudio da Silva, que o dirigira durante os trabalhos da Comissão das Partidas Dobradas.

Para além dessas autoridades do governo Arthur Bernardes, profissionais contábeis que viriam a ocupar, em suas trajetórias, importantes posições em órgãos de representação de classe e no Estado estiveram presentes ao evento. Casos de Manoel Marques de Oliveira, sucessor de D'Áuria à frente da Contadoria Geral da República no longo período entre 1928 e 1940; João Ferreira de Moraes Junior, então oficial do gabinete do ministro Sampaio Vidal, depois deputado federal classista e líder do IBC nos anos 1930 e 1940; e de Paulo de Lyra Tavares, filho do Senador João de Lyra Tavares, que viria a ocupar os cargos de Contador Geral da República e o de presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o primeiro e, até hoje, mais longo.

Concretamente, o canal por excelência de que se valeu essa pequena e influente elite de contadores para se aproximar das autoridades políticas da República foi a Contadoria Central da República. Nela atuaram Moraes Junior, Francisco D'Áuria e Manoel Marques de Oliveira. Por meio dela prestaram auxílio à política fiscal ortodoxa do presidente Arthur Bernardes. Não sem motivo, o ministro da Fazenda foi homenageado pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Durante toda a gestão Bernardes, as informações produzidas pela Contadoria foram consideradas como ativos pelo presidente. Para ele,

tem o governo podido trabalhar numa situação mais clara e com o apoio de dois instrumentos novos e da maior importância - o Código de Contabilidade e a Contadoria Central da República. Somente aqueles que têm acompanhado de perto a administração federal podem aquilatar devidamente a eficiência disciplinadora desses dois fatores novos da vida financeira do Brasil".
(BRASIL, 1924, p. 11).

Tanto a Contadoria Central quanto seu chefe receberam os créditos pelos serviços e constituíram canais privilegiados de estreitamento de relações entre o governo e a classe contábil. Em 1925, por exemplo, o presidente, na mensagem que enviou ao Congresso, reafirmou sua convicção quanto ao acerto da criação da Contadoria, que, com apenas dois anos, abrira uma nova fase de ordem nas contas do Tesouro mediante a vigilante execução do Código de Contabilidade Pública, editado pelo Decreto nº 4.536, de janeiro de 1922. No

mesmo texto, Bernardes estimou uma situação ainda melhor para o ano seguinte, em razão da edição do Decreto 16.650, de 1924, que previa a criação de contadorias seccionais e subcontadorias (BRASIL, 1925). No relatório de 1926, ele informou que os equipamentos previstos naquela norma já estavam criados, concorrendo para uma melhora acentuada nos serviços da contabilidade federal (BRASIL, 1926).

O chefe da Contadoria, por seu turno, retribuiu a atenção do presidente. No relatório que apresentou em 05 de novembro de 1926, afirmou que

a reorganização da contabilidade da União, estatuída pelo Código de Contabilidade, foi levada a efeito no Governo a findar. A obra executada constitui o lançamento das fundações e a construção adeantada do grande edifício da contabilidade federal (BRASIL, 1926, p. 06).

Não que tudo estivesse perfeito. Francisco D'Áuria reconhecia a necessidade de avanços, em particular, o fim do período adicional, “(...) *uma velharia, em absoluto inútil, diante dos progressos da contabilidade (...)*” (BRASIL, 1926, p. 06). As relações entre os contadores do setor público e o chefe do poder executivo fluíram sob Bernardes, que, no mesmo ano, antes de deixar o Catete, brindou a classe contábil com o decreto de regulamentação do ensino comercial, uma de suas demandas centrais.

Antes do regulamento do ensino comercial, o governo já havia reconhecido em 1923, por meio do Decreto nº. 4.724-A, de 23 de agosto, os diplomas expedidos por liceus e institutos de Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Recife, Campinas e Minas Gerais, nos mesmos termos que o Decreto Legislativo nº. 1.339, de 1905, fizera com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola “Álvares Penteado”, de São Paulo. O Decreto nº. 17.329, de 28 de maio de 1926, estabeleceu as condições de oferta e de fiscalização dos cursos comerciais no país. O texto da norma continha uma série de coincidências com os termos da tese n. 45, aprovada pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade acerca do ensino contábil (IBC, 1927). Uma demonstração de atenção indubitável para com classe profissional.

Via de regra, a recepção à legislação foi positiva entre os militantes da educação contábil. O Jornal O Estado de São Paulo de 04 de julho de 1926 (AVISO... 1926), por exemplo, trouxe o aplauso entusiasmado do diretor da Academia Prática de Comércio ao decreto. Entusiasmo sim, mas não saciedade. Faltava o complemento considerado natural à regulamentação do ensino: o da profissão. Essa questão, no entanto, não avançou na Primeira República. Embora existissem no Congresso Nacional e no Paulista, às vésperas dos seus fechamentos em 1930, propostas para a regulamentação da profissão de contador, elas não foram transformadas em atos normativos. Durante a administração Washington Luís, houve um encontro infeliz entre o objetivo precípua da política econômica do presidente e os serviços de contabilidade da União, rumoroso o suficiente para que as relações dos influentes contadores de São Paulo e Rio de Janeiro com o poder executivo

deixasse de fluir facilmente, como ocorrera sob Bernardes. Esse, no entanto, é assunto para texto próprio.

4 | CONCLUSÃO

De 1914 a 1926, a participação de contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo nos serviços do Tesouro Nacional e da Contadoria Central da República garantiu-lhes proximidade com os poderes públicos federais, em especial nos governos Venceslau Brás e Arthur Bernardes. Suas trajetórias permitiram-lhes um mirante privilegiado a partir do qual animaram a vida associativa contábil e fizeram avançar as demandas pela profissionalização da contabilidade no Brasil.

A proximidade de lideranças contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo com os poderes públicos federais foi construída a partir da colaboração com a modernização das instituições de contabilidade pública. Essa colaboração no seio da Comissão das Partidas Dobradas e ao longo do mandato de Arthur Bernardes foi estreita, inserida em esforços de racionalização orçamentária. Os intercâmbios entre os núcleos contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo intensificaram-se, alimentados pelo IBC e pelo IPC. Figuras centrais desses institutos estavam diretamente engajadas no serviços contábeis federais.

Os avanços de estruturação do campo contábil concentraram-se na organização das associações de classe e na edição de normas que regulavam o ensino de contabilidade e a formação de contadores. Não se avançou para a regulamentação da profissão de contador durante a Primeira República, algo que o Governo Provisório de Vargas faria em 1931.

As relações entre contadores e os poderes públicos entre 1914 e 1926 dificilmente podem ser descritas como um de crescentes corporativismo, se considerarmos a definição de Schmitter (1974) de corporativismo: um sistema de representação de interesse no qual são concedidos monopólios representacionais a certos grupos de representação profissional, em troca de que se sujeitem a certos controles estatais. A evidência disponível sugere que os contadores que cooperaram com o governo eram servidores públicos cujos cargos não dependiam de sua vida associativa. Eles criaram livremente associações profissionais que o governo não controlou e não detinham monopólios de representação. As relações, de fato, podem ser melhor descritas como uma intermediação liberal restrita de interesses, realizada por uma elite de contadores e cujos limites foram dados pelas características da Primeira República Brasileira: constitucionalmente liberal, mas conservadora e oligárquica na prática (Lessa, 2015; Lynch 2011).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. Os funding loans brasileiros - 1898-1931. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 32, n. 3, dez. 2002.

ADDE, T. V.; IUDÍCIBUS, S. de; RICARDINO FILHO, Álvaro A.; MARTINS, E. A Comissão das Partidas Dobradas de 1914 e a Contabilidade Pública Brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 25, n. spe, p. 321-333, 2014. DOI: 10.1590/1808-057x201412030. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98019>. Acesso em 13 jul. 2017.

AGRIZZI, D; SIAN, S. 2015. Artificial corporatism: a portal to power for accountants in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 27, p. 56–72. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235414000197?via%3Dihub>. Acesso em 25 ago. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.02.003>.

ASSOCIAÇÕES: Instituto Paulista de Contabilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 2-2. 14 jul. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=49885. Acesso em: 25 nov. 2018.

AVISO: Academia Prática de Comércio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 12-12. 4 jul. 1926. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19260704-17294-nac-0012-999-12-not>. Acesso em 11 jan. 2018.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; PIGATTO, José Alexandre Magrini. Raízes da contabilidade orçamentária e patrimonial no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 32-58, jan. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000100032&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, julho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes da Câmara dos Deputados**: sessões de 1 a 16 de junho de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (Vol. II). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060917_03&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=68797. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Annaes do Senado Federal**: sessões de 1 a 31 de agosto de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (Vol. IV). Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1916/1916%20Livro%204.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 1.339**, de 9 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official; e dá outras providencias. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20A%20Academia%20de%20Commercio,os%20diplomas%20por%20ella%20conferidos>. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.536**, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o Código de Contabilidade da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4536-1922.htm. Acesso em 8 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.724-A**, de 23 de agosto de 1923. Equipara os diplomas da Academia de Ciências Commerciaes de Alagôas e de outras instituições, aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4724-a-23-agosto-1923-567677-norma-pl.html>. Acesso em 10dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 16.650** de 22 de outubro de 1924. Organiza definitivamente a Contadoria Central da República e aprova o seu regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16650-22-outubro-1924-512552-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 17.329**, de 28 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-publicacaooriginal-87895-pe.html>. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em 12 dez. 2017.

BRASIL. Presidente (1922-1926: Arthur da Silva Bernardes). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1924. 234 f. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/117?terms&item_id=2229. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Presidente (1922-1926: Arthur da Silva Bernardes). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1926. 277 f. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/117?terms&item_id=2230. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda (João Pandiá Calógeras). **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no anno de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/106?terms=cesne&item_id=1929#?h=cesne&c=4&m=94&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1321%2C-3%2C4608%2C3257. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Contas do exercício financeiro de 1925 e Relatório da Contadoria Central da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926

CHUA, W; POUULLAOS, C. Rethinking the profession-state dynamic: The Victorian chartered attempt. **Accounting, Organisations and Society**, v. 18, n. 7/8, p. 691-782, 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C).

D'ÁURIA, Francisco. **Cinquenta anos de contabilidade**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1953.

DECLARAÇÕES: Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 28 ago. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=32783. Acesso em: 25 nov. 2018.

FRITSCH, Wilson. **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930**. London: The Macmillan Press LTD, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE: Sua solene fundação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 21 set. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=29635. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Contabilidade. **Mensário Brasileiro de Contabilidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-3, 20 abr. 1917. Mensal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (Rio de Janeiro). **Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade promovido pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (estudos, teses e relatórios sobre os mais importantes assuntos de contabilidade em geral)**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1927.

INSTITUTO PAULISTA DE CONTABILIDADE (São Paulo). **Terceiro Congresso Brasileiro de Contabilidade promovido pelo Instituto Paulista de Contabilidade (estudos, teses e relatório)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

LEITE, Carlos Eduardo B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LESSA, R. **A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LOBO, Ubaldo; MORAES JUNIOR, J. F. Departamento administrativo do serviço público - exposição de motivos. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**. 17 mai. 1941. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2303417/dou-secao-1-17-05-1941-pg-97/pdfView>. Acesso em: jan./2018.

LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República brasileira (1870–1891), **História Constitucional**, n. 12, 2011, p. 297–325. DOI: <https://doi.org/10.17811/hc.v0i12.304>.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do estado de São Paulo. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 17, n. 42, p. 113-122, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000300010>. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2021.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. da; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.]**, v. 18, n. spe, p. 19-32, 2007. DOI: [10.1590/S1519-70772007000300003](https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221>. Acesso em: 15 mai. 2021.

RODRIGUES, L.L.; SCHMIDT P.; SANTOS, J.L.; FONSECA, P. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860 - 1964. **Accounting History**, 2011, v. 16, n. 1, p. 111-123. DOI: [10.1177/1032373210373799](https://doi.org/10.1177/1032373210373799). Disponível em http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/accounting_history.pdf. Acesso em 3 mar. 2018.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, 2001.

SCHMITTER, Philippe C. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCHMITTER, Philippe C. Still a century of corporatism? **Review of politics**, n. 36, p. 85-131, 1974.

SIKKA, P; WILLMOTT, H. Illuminating the state-profession relationship: Accountants acting as Department of Trade and Industry investigators. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 6, p. 341-369, 1995.

WALKER, S.P.; SHACKLETON K. Corporatism and structural change in the British accountancy profession, 1930-1957. **Accounting, Organisations and Society**, v. 20, n. 6, p. 467-503, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72

B

Beowulf 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167

C

Cinema 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Cocanha 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

E

Economia 12, 14, 15, 20, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 59, 60, 84, 86, 92, 96, 97, 104, 105, 169, 172, 173

Egito 116, 117, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132

Entorpecentes 46, 48, 49, 53

Escassez de Água 81, 90

G

Governo da Província 39, 44

H

Hegemonia Neoliberal 95

História 1, 10, 12, 14, 28, 37, 39, 44, 45, 53, 56, 62, 71, 79, 81, 82, 93, 103, 106, 114, 115, 116, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 167, 168, 180, 182

História Ambiental 81, 82, 93

História Serial 141, 142

I

Idade Média 157, 168, 169, 172, 173, 175, 180, 181

Identidade Nacional 51, 80, 142

Imperialista 33, 56, 57, 61

Indígenas 74, 77, 78, 79, 84

M

Migração 14, 27, 90, 95, 108, 110, 114

Modelo Nomológico-Dedutivo 134, 137, 138, 139

Morte 75, 117, 124, 125, 126, 128, 131, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 158, 159

N

Nacionalismo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 142

P

Presença Lusitana 149, 150, 151

T

Testamentos 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Tráfico 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2